



Exoneração de Ricardo Salles e sua equipe é o mínimo.

Ex-ministro deve pagar pelos crimes ao meio ambiente, favorecidos em sua gestão

Foi publicado nesta terça-feira (23), no Diário Oficial da União (DOU), a exoneração do ministro Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente. No mesmo documento, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nomeou Joaquim Álvaro Pereira Leite - Secretário da equipe de Salles - para o cargo.

Ricardo Salles, que ficou famoso por sugerir em reunião com o presidente Bolsonaro que fosse usado o momento de pandemia de covid-19 para “passar a boiada” de medidas anti ambientais criminosas, agora sai da pasta do Meio Ambiente com um histórico de denúncias e sendo alvo de investigação. A gestão de Salles, apoiada pelo presidente da República, é o reflexo do descompromisso com o meio ambiente, com o serviço público e com o povo brasileiro. A saída do ministro da pasta ambiental é uma vitória e ao mesmo tempo é um alerta para que órgãos ambientais, servidores e defensores das causas voltadas à proteção do meio ambiente continuem fiscalizando e denunciando crimes ambientais. Por outro lado, a indicação de Joaquim Leite aponta para continuidade das “boiadas” propostas pelo chefe que deixa o posto.

A trágica passagem de Salles pelo Ministério foi marcada pela desestruturação, perseguição a servidores e aparelhamento dos órgãos ambientais a ele subordinados, como o próprio MMA, o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Salles é alvo de inquéritos autorizados pelo Supremo Tribunal Federal ([STF](#)), um deles incluindo pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), por supostamente ter interferido nas investigações sobre apreensão de madeira (Operação Handroanthus), e por supostamente ter facilitado contrabando de madeira a benefício de grandes empresários do ramo (Operação Akuanduba). Os fatos são exemplos que ilustram como o Brasil alcançou os maiores índices de desmatamento em 20 anos. Esperamos que as investigações sobre Salles e seu bando tragam justiça aos crimes ambientais e “de colarinho branco” aos quais o ex-ministro é suspeito de envolvimento.

A conciliação ambiental e os “acordos substitutivos de multa”, longe de resolver qualquer problema, são outras boiadas que travaram o julgamento dos autos de infração e devem ser investigadas como balcões de negócios, em parte tocados irregularmente pelos nomeados do ex-ministro, por exemplo para transferência direta de recursos financeiros às polícias militares estaduais.

A **Ascema Nacional** enfatiza as denúncias anteriores sobre as atrocidades cometidas por Salles e seus apoiadores, na tentativa de atuar assiduamente contra a proteção do meio ambiente, atacando o serviço público e buscando passar a boiada do desmatamento, do garimpo ilegal e da depredação da fauna e da flora, visando apenas lucro e benefícios para ruralistas e empresas descomprometidas com a proteção do nosso patrimônio natural.

Repudiamos a perseguição aos servidores públicos, proposta pelo governo na forma da PEC n. 32 (Reforma Administrativa). Alertamos que o novo ministro será cobrado pelo fim do assédio moral e institucional, em favor da segurança e saúde nos locais de trabalho e será alvo de fiscalização em suas atitudes e posicionamentos diante da pasta. Esperamos também que esta mudança seja o fim da censura científica que vem acontecendo no ICMBio. Além disso, nos colocamos contra a militarização dos órgãos ambientais e do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e contra a desestatização das unidades de conservação.

Pereira Leite, por sua vez, está sendo exonerado do cargo de Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais no Ministério do Meio Ambiente para assumir o ministério. Exigimos do novo ministro o fiel cumprimento da lei, que cessem os ataques à legislação ambiental e o mínimo de transparência e acessibilidade aos processos internos. Estaremos atentos porque precisamos de mudança de fato, e não de troca de nomes no Ministério, apenas para confundir a opinião pública.

Por mais que a saída de Salles seja uma pequena vitória dentro das agressões que servidores vêm sofrendo dia após dia, nossas vozes ainda se unem abominando o PL n. 3729 de 2004, que determina a Lei Geral do Licenciamento Ambiental e demais mudanças de legislação que prejudicam nosso futuro. Esse e tantos outros projetos em curso no legislativo a fim de passar a boiada precisam ser acompanhados por toda a sociedade.

Assim, a **Ascema Nacional**, mais uma vez, se coloca resistente na luta contra os desmontes, defendendo servidores, o meio ambiente e toda a sociedade. Que sejam novos tempos, que nos mantenhamos firmes! Que Salles responda na justiça por seus atos e que o novo ministro não seja a continuidade dessa política destrutiva. **Fora Salles** é um dos objetivos alcançados. Futuramente, conseguiremos um legítimo **Fora Bolsonaro!**